

ACLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA NA VILA DE SÃO CARLOS

Benedito OTÁVIO

A 23 e 30 de setembro e 3 de outubro de 1822, a Câmara de Campinas três sessões de pequena importância, tendo, na segunda, recebido o manifesto que D. Pedro havia dirigido aos brasileiros, e na última oficiado ao vigário da paróquia, ao capitão-mor e ao capitão Domingos da Costa Machado. O assunto desses ofícios não vem exarado em ata, mas supomos tratar-se de preparativos para a grande sessão solene em que devia ser feita a aclamação do príncipe regente para Imperador do Brasil.

Refere a tradição que, não obstante o esforço e zelo da Municipalidade em acompanhar o movimento patriótico de que resultou a Independência, a notícia desta foi recebida pelo povo com certa desconfiança. Mas, afinal, raiou festivo o dia 12 de outubro, que era um sábado, e povo, clero e nobreza, revestidos de suas galas, se aprestaram para a grande sessão, descrita no livro competente da Câmara, de fls. 37 **usque** 39 **verso** e transcrita abaixo:

Aos doze dias do mês de Outubro de mil oitocentos e vinte e dois anos, nesta vila de São Carlos, em casa de morada do Juiz pela lei presidente da Câmara por não haver casa da Câmara, onde se juntaram em vereação extraordinária, onde se achava o mesmo Juiz e mais Vereadores e o Procurador do Conselho José de Souza Campos, comigo, escrivão de órfãos, no impedimento do atual Silvério Gurgel do Amaral Coutinho, esta Câmara em sessão, neste dito dia compareceram nela as diferentes corporações eclesiásticas, civis e militares e o corpo das ordenanças com seu chefe, e todos representaram unanimemente com o maior prazer, paz e patriotismo jamais visto, cujas representações foram por escrito, que queriam e pediam se aclamasse a Sua Alteza Real Imperador Constitucional do Brasil, ao que o dito Senado da Câmara gostosamente respondeu que para maior solenidade de

um ato tão importante e de tanto prazer, e geral contentamento, se dirigissem à Igreja Matriz para ali se celebrar a mesma aclamação em presença de todo o povo que para este efeito se achavam reunidos; o que sendo por todos aprovado, se dirigiram à dita Matriz onde depois de um breve discurso que fez o Presidente da mesma Câmara, celebrou-se a aclamação, dando princípio a ela o mesmo presidente que em alta voz aclamou com vivas o Senhor Dom Pedro de Alcântara primeiro Imperador Constitucional do Brasil; viva a Imperatriz do Brasil; vivam todos os que juram morrer por eles e pela Independência e Liberdade, o que foi respondido por todos os que ali estavam com o maior entusiasmo, prazer e patriotismo que apareciam em seus exteriores os vivos transportes de seus regozijos, não se podendo dar mais decisivas provas de amor, prazer e gratidão. E logo imediatamente se procedeu a prestar juramento de fidelidade à Sua Majestade Imperial e Constitucional e Assembléia Brasiliense, a cada um em suas respectivas atribuições, a defender a causa do Brasil em geral, jurando primeiramente o Juiz Presidente nas mãos do Reverendo Vigário Colado sobre um livro dos Santos Evangelhos, cujo juramento é do teor seguinte: "Juro aos Santos Evangelhos tributar à Sua Majestade Imperial e Constitucional fidelidade e obediência e prestar-me a tudo quanto for a bem da defesa do Brasil, sustentando à custa de meu sangue sua Independência". Findo o qual juramento, seguiram-se prestar o mesmo juramento Câmara, autoridades e nobreza, tropa e povo nas mãos do Juiz Presidente; do que, para constar, se lavrou a presente ata em que se assinou o mesmo Juiz Presidente e os acima nomeados. Eu, José Custódio de Oliveira, escrivão de órfãos, no impedimento do escrivão atual a escrevi e assino. (Seguem-se 92 assinaturas de pessoas gradadas, das quais a primeira era Raimundo Álvares dos Santos Prado Leme).

E como o ato já era celebrado na matriz da Vila, passou-se logo à realização dos demais atos religiosos que, naturalmente, constaram de solene **Te Deum Laudamus** e oração análoga, como se dizia nesse tempo. E assim, aos sons da música de Manoel José Gomes, às descargas do Corpo de Ordenanças à voz do capitão-mor João Francisco de Andrade, e ao rebentar as girândolas de Antônio Joaquim Ribas, o fogueteiro da vila, terminou em Campinas (São Carlos) o episódio da independência do Brasil.

(Campinas e a Independência, 55-56).